

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	12
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13

NOTAS EXPLICATIVAS

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	18
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	36
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	38
7	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	39
8	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	40
9	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	42
10	PARTES RELACIONADAS	43
11	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	45
12	INTANGÍVEL	46
13	ATIVOS DE CONTRATO	49
14	FORNECEDORES	49
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	51
16	DEBÊNTURES	54
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	56
18	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	57
19	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	58
20	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	62
21	PASSIVO A DESCOBERTO	63
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	68
23	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	69
24	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	70
25	RESULTADO FINANCEIRO	71
26	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	71
27	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	78
28	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	91
29	COMPROMISSOS FUTUROS	92



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 240.571 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa no 12 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.929	464.985	Fornecedores	14	545.894	590.507
Aplicações financeiras	6	801.916	855.204	Fornecedores - risco sacado	14.1	40.916	32.853
Contas a receber de clientes	7	1.041.486	970.078	Empréstimos e financiamentos	15	40.714	292.879
Almoxarifado		17.078	13.143	Debêntures	16	375.884	359.257
Impostos e contribuições a recuperar	9	244.682	378.494	Passivo de arrendamento		934	611
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		59.909	76.882	Instrumentos financeiros derivativos	27.4	-	37.678
Depósitos judiciais	19	4.504	4.714	Impostos e contribuições a recolher	17	187.435	282.595
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	1.114	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		737	631
Serviços pedidos		138.537	122.176	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	315.422	106.702
Outros créditos a receber		157.732	177.944	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		15.973	32.758
Total do ativo circulante		2.550.887	3.063.620	Contribuição de iluminação pública		18.036	40.540
				Encargos setoriais		38.778	78.176
Contas a receber de clientes	7	129.560	144.455	Participação nos lucros		4.967	5.271
Serviços pedidos		37.363	13.038	Provisão para riscos judiciais	19	390.829	407.326
Impostos e contribuições a recuperar	9	326.816	341.793	Benefício pós-emprego	26	80.914	82.304
Depósitos judiciais	19	223.823	225.891	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	-	349.220
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	143.542	-	Outras contas a pagar		163.610	123.414
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	189.404	-	Total do passivo circulante		2.221.043	2.822.722
Benefício pós-emprego	26	10	-				
Outros créditos a receber		-	26	Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	11	782.759	609.396	Empréstimos e financiamentos	15	2.013.848	1.394.944
Intangível	12	2.611.285	2.188.714	Debêntures	16	3.271.216	2.380.295
Ativos de contrato	13	1.213.912	1.061.547	Passivo de arrendamento		2.703	2.839
Direito de uso		3.376	3.376	Instrumentos financeiro derivativos	27.4	-	20.149
Total do ativo não circulante		5.661.850	4.588.236	Impostos e contribuições a recolher	17	2.638.250	2.522.099
				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	-	207.912
				Encargos setoriais		84.133	39.350
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	230.478	126.599
				Provisão para riscos judiciais	19	496.023	490.842
				Benefício pós-emprego	26	720.421	966.137
				Outras contas a pagar		152.953	32.604
				Total do passivo não circulante		9.610.025	8.183.770
				Passivo a descoberto			
				Capital social	21	3.385.861	3.385.861
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.074.793)	(1.249.712)
				Reserva de capital		1.570	1.296
				Prejuízos acumulados		(5.930.969)	(5.492.081)
				Total do passivo a descoberto		(3.618.331)	(3.354.636)
Total do ativo		8.212.737	7.651.856	Total do passivo e passivo a descoberto		8.212.737	7.651.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	5.339.988	4.792.835
Energia elétrica comprada para revenda	24	(3.110.432)	(2.826.022)
Custo de construção		(919.212)	(630.471)
Custo da operação		(260.075)	(307.141)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(4.289.719)	(3.763.634)
Lucro bruto		1.050.269	1.029.201
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(316.680)	(132.087)
Despesas gerais e administrativas	23	(192.566)	(389.367)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	(115.756)	(33.779)
Outras despesas operacionais, líquidas	23.1	(140.603)	(168.481)
Total de despesas operacionais		(765.605)	(723.714)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		284.664	305.487
Receitas financeiras	25	770.700	461.392
Despesas financeiras	25	(1.543.241)	(1.218.438)
Resultado financeiro		(772.541)	(757.046)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(487.877)	(451.559)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	48.989	-
Impostos sobre o lucro		48.989	-
Prejuízo do exercício		(438.888)	(451.559)
Resultado básico e diluído por ação ordinária	21.3	(6,43012)	(6,61576)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	21.3	(6,43012)	(6,61576)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa e benefícios pós-emprego	<u>174.919</u>	<u>(158.994)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>174.919</u>	<u>(158.994)</u>
Total resultados abrangentes	<u>(263.969)</u>	<u>(610.553)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>3.385.861</u>	<u>722</u>	<u>(1.090.718)</u>	<u>(5.040.522)</u>	<u>(2.744.657)</u>
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>		-	574	-	-	574
Resultado abrangente do exercício						-
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	(173.099)	-	(173.099)
Resultado de <i>hedge</i> accounting de fluxo de caixa				14.105		14.105
Prejuízo do exercício		-	-	-	(451.559)	(451.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>3.385.861</u>	<u>1.296</u>	<u>(1.249.712)</u>	<u>(5.492.081)</u>	<u>(3.354.636)</u>
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	21.2.1	-	274	-	-	274
Resultado abrangente do exercício						
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	264.057	-	264.057
Resultado de <i>hedge</i> accounting de fluxo de caixa	27.4			(89.138)		(89.138)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(438.888)	(438.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>3.385.861</u>	<u>1.570</u>	<u>(1.074.793)</u>	<u>(5.930.969)</u>	<u>(3.618.331)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)
Ajustes para:		
Amortização	158.280	148.866
Baixa de intangível, financeiro e contratual	26.658	1.219
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	758.915	344.162
Provisão para riscos judiciais	183.244	214.625
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	115.756	33.779
Baixa de recebíveis incobráveis	9.377	50.208
Ajuste a valor presente	5.857	(30.833)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(215.024)	129.864
Atualização do ativo financeiro	(29.630)	(24.796)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	46.798	49.684
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	(437.819)	(87.971)
Provisão para perdas de estoques	(14.646)	65.431
Participação nos lucros	5.525	5.549
Rendimentos de aplicações financeiras	(107.126)	(126.425)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	65.911	(4.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(48.989)	-
Plano de aposentadoria e pensão	98.933	97.090
Atualização geração distribuída	1.085	-
Valor justo das opções de compra	281	5.010
	<u>184.498</u>	<u>419.286</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(178.291)	(81.226)
Almoxarifado	(3.935)	31.707
Serviços pedidos	(40.686)	(75.200)
Impostos e contribuições a recuperar	34.090	40.088
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	16.973	(36.485)
Outros créditos a receber	11.026	(77.498)
Depósitos judiciais	2.278	(21.687)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	28.573	14.565
Fornecedores	(200.931)	(81.548)
Fornecedores - risco sacado	8.063	21.642
Impostos e contribuições a recolher	222.647	394.960
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	(575)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(75.025)	(117.183)
Benefício pós emprego	(81.992)	(80.799)
Contribuição de iluminação pública	(22.504)	40.540
Encargos setoriais	(41.413)	(91.246)
Participação nos lucros	(5.829)	(278)
Provisão para riscos judiciais	(132.101)	(121.977)
Outras contas a pagar	96.903	37.288
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	<u>(362.154)</u>	<u>(204.912)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	107.126	126.425
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.550)
Juros pagos	(531.457)	(530.554)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	<u>(601.987)</u>	<u>(197.305)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	-	(27.271)
Aquisições no ativos de contrato	(788.782)	(606.156)
Resgate das aplicações financeiras	53.288	(279.000)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(735.494)</u>	<u>(912.427)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	399.953	1.012.871
Amortização de empréstimos e financiamentos	(279.136)	(726.531)
Captação de debêntures	1.136.891	1.176.319
Amortização de debêntures	(300.000)	(300.000)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.283)	(3.050)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>956.425</u>	<u>1.159.609</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(381.056)</u>	<u>49.877</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	464.985	415.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>83.929</u>	<u>464.985</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(381.056)</u>	<u>49.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	6.706.732	6.180.471
Receitas de construção	919.212	630.471
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(115.756)	(33.779)
Outras receitas	-	6.466
	7.510.188	6.783.629
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(4.029.644)	(3.456.493)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(511.706)	(381.800)
Outras despesas	(196.918)	(269.393)
	(4.738.268)	(4.107.686)
Valor adicionado bruto	2.771.920	2.675.943
Amortização	(158.280)	(148.866)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.613.640	2.527.077
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	789.309	480.306
	789.309	480.306
Valor adicionado total a distribuir	3.402.949	3.007.383
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	69.015	79.281
Benefícios	21.596	98.309
FGTS	16.108	24.985
	106.719	202.575
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.265.476	1.222.158
Estaduais	920.885	808.595
Municipais	150	29
	2.186.511	2.030.782
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	890.532	627.627
Aluguéis	5.366	7.147
Outras despesas financeiras	652.709	590.811
	1.548.607	1.225.585
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)
	(438.888)	(451.559)
Valor adicionado	3.402.949	3.007.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia ou CEEE-D), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controlada final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.957.519 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 329.844 (R\$ 240.898 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram a normalidade a partir de agosto de 2024 e, que os impactos decorrentes do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2024 não comprometeram sua continuidade operacional. Adicionalmente, em 2024 foram realizadas captações para alongamento da dívida nas ordens de R\$ 400.000, referente a empréstimos e financiamentos e de R\$ 500.00, referente a emissão de Debêntures, trazendo maior fôlego para o caixa da Companhia.

A Companhia, apresenta resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, devido a melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada (8.480 GWh em 2024 e 8.277 GWh em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o referido resultado foi de R\$ 284.664 (R\$ 305.487 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

No entanto, a Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 601.989 e prejuízo de R\$ 438.888 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 197.305 e R\$ 451.559, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Fortalecimento das ações de cobrança;
- (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativa nº15 e 16 – Empréstimos e financiamentos e Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia;
- (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate as perdas em 2024 (230 equipes em 2023), além da expansão do número de ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e
- (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Evento climático de maio de 2024

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões. Foram afetados 469 municípios no Estado e dos 72 municípios atendidos pela Companhia, 51 foram afetados, com 226 mil clientes interrompidos no pico do evento. Em função do evento climático, aproximadamente 1.290 unidades consumidoras deixaram de existir, o que representa 0,07% do total de UCs atendidas pela Companhia.

Como consequência do evento climático, a Companhia reconheceu um impacto líquido de R\$ 27.263 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referente a provisões reconhecidas devido a perdas de estoques, baixa de ativos, além de despesas relacionadas a ações comerciais e outros gastos diversos.

A Companhia está em fase de regulação dos valores mais significativos junto às seguradoras, ainda sem previsão de recebimento, considerando que ainda está em andamento as inspeções dos materiais sinistrados e análise da documentação apresentada, com base em suas apólices de risco operacional e de responsabilidade civil. Importante ressaltar que as apólices cobrem de forma integral todos os sinistros identificados, restando apenas a avaliação do valor definitivo a ser recebido. Até o momento, a Companhia registrou R\$ 4.500 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora.

A ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1.092 de 14 de maio de 2024, contendo a flexibilização das regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos comerciais, econômico-financeiros e técnicos. As principais flexibilizações comerciais e financeiras tiveram prazo de duração de 90 dias. Não existem impactos significativos entre esta data e a data de encerramento do exercício de 2024.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3.1 Outros eventos climáticos

Em 15 e 16 de junho de 2023, fortes chuvas atingiram o Estado do Rio Grande do Sul e 22% dos clientes atendidos pela Companhia, tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 422 mil clientes. Já em 13 de julho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Estado e 38% dos clientes atendidos pela Companhia tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 730 mil clientes. Em ambas as ocorrências, a Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

Entre 7 e 11 de agosto de 2023, temporais com rajadas de vento de 40 a 70 km/h impactaram no fornecimento de energia para cerca de 150 mil clientes (8% do total de consumidores) e no mês seguinte, outro evento climático com característica similar, porém com maior duração, atingiu cerca de 1,1 milhão de consumidores (58% do total de consumidores) distribuídos em toda área de concessão.

Em 16 e 17 de janeiro de 2024, fortes chuvas atingiram novamente o Estado e 34% dos clientes atendidos pela Companhia tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 651 mil clientes) e em 21 de março de 2024, o Estado foi atingido mais uma vez, por fortes chuvas e rajadas de vento, onde cerca de 43% dos clientes tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 815 mil clientes). A Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

No dia 23 de outubro de 2024, ocorreu um ciclone extratropical, com ventos de velocidade acima de 100 km/h, atingindo 43 municípios e 262 mil clientes atendidos pela concessão da Companhia. A atuação foi bastante rápida, com 92% dos clientes restabelecidos em até 24 horas, por meio de mobilização de 957 equipes, incluindo 151 profissionais de outras distribuidoras do Grupo Equatorial para auxiliar na reconstrução da rede. Não foram identificados impactos financeiros relevantes a serem divulgados.

Para esses eventos climáticos, a Companhia registrou R\$ 12.682 de despesas operacionais referentes a serviços de *call center*, apoio ao atendimento e materiais.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados em Reais foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Geração distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	18	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégia de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados	19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais (mensuração e avaliação da probabilidade de perda).
Transações de pagamentos baseados em ações	21.2	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	26	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros e Instrumentos financeiros derivativos	27.3 e 27.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Receita operacional

3.1.1 Reconhecimento de receita operacionais

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As receitas de distribuição são classificadas como: i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica

A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia.

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável)

O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.4.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.5 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.6 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável que sim do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.9.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no exercício multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o exercício em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.9.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa

3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.11 Instrumentos financeiros

3.11.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) -Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11.2 Classificação e mensuração subsequentes

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.11.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.11.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº27.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.12.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece estimativas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas

A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa 27.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.12.3 Ativos não financeiros

A Companhia possui apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos da Companhia ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 12.2 –*Impairment*.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.13 Ajuste a valor presente (AVP)

3.13.1 Parcelamentos de contas a receber

A Companhia utiliza 11,56% como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.13.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.14 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis da Companhia, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.17 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.17.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 31 de dezembro de 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Sobrecontratação de energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs).

A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 103,92% em 31 de dezembro de 2024 (106,91% em 31 de dezembro de 2023), dentro do limite de repasse às tarifas.

4.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024

O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme Lei 8987/1995.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão.

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.413 de 19 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,67%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

4.4 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	Até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	Até 0,12	0,1

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei nº14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras.

Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	43.433	21.656
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (b)	40.496	443.329
Subtotal de equivalentes de caixa	40.496	443.329
Total	83.929	464.985

- a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- b) A variação no exercício decorre principalmente em função dos investimentos realizados pela Companhia e pelos movimentos gerados por empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos e nº 16.1 - Movimentação de debêntures.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 101,70% do CDI (102,53% em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	789.159	841.653
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	12.366	13.551
Títulos públicos	391	-
Total	801.916	855.204

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 14 – Fornecedores.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,82% do CDI (103,60% em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	A Vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	186.672	107.937	390.394	685.003	179.255	90.347	437.515	707.117
Industrial	8.190	2.513	11.600	22.303	8.339	3.134	57.578	69.051
Comercial	81.007	28.745	120.218	229.970	80.121	29.052	217.294	326.467
Rural	20.195	9.354	19.260	48.809	15.904	6.502	26.339	48.745
Poder público	11.913	1.238	827	13.978	13.052	1.337	13.400	27.789
Iluminação pública	10.112	437	8.168	18.717	9.595	684	39.768	50.047
Serviço público	3.833	176	36	4.045	9.719	509	2	10.230
Contas a receber de consumidores faturados	321.922	150.400	550.503	1.022.825	315.985	131.565	791.896	1.239.446
Residencial	105.425	20.987	148.506	274.918	116.179	19.614	145.517	281.310
Industrial	4.523	435	5.390	10.348	5.555	328	9.377	15.260
Comercial	61.797	5.753	71.601	139.151	50.692	4.436	84.663	139.791
Rural	26.605	697	4.508	31.810	27.279	698	4.633	32.610
Poder público	71.615	397	400	72.412	67.194	44	59	67.297
Iluminação pública	52.033	301	437	52.771	62.320	501	4.431	67.252
Serviço público	115	1	-	116	69	-	-	69
Parcelamentos (a)	322.113	28.571	230.842	581.526	329.288	25.621	248.680	603.589
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	240.571	-	-	240.571	239.773	-	-	239.773
Baixa renda (c)	12.326	-	-	12.326	10.783	-	-	10.783
Outras	21.626	-	-	21.626	7.541	-	-	7.541
Subtotal	918.558	178.971	781.345	1.878.874	903.370	157.186	1.040.576	2.101.132
(-) PECLD	(61.704)	(39.011)	(607.113)	(707.828)	(75.396)	(32.906)	(878.297)	(986.599)
Total contas a receber de clientes	856.854	139.960	174.232	1.171.046	827.974	124.280	162.279	1.114.533
Circulante				1.041.486				970.078
Não circulante				129.560				144.455

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 175.245 e (R\$ 169.388 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 5.857, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil. A variação refere-se, principalmente, ao fato de que no exercício de 2023 não ocorreram ocasiões de tarifa bandeira, ao contrário do ocorrido em 2024 e a alteração da alíquota de PIS/COFINS, com decréscimo de 6,35% para 1,65%; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

7.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	2023	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas (c)	2024
	(682.085)	41.625	200.848	(439.612)
Contas a receber de consumidores faturados	(682.085)	41.625	200.848	(439.612)
Parcelamentos	(280.467)	(31.181)	61.701	(249.947)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.474)	643	-	(5.831)
Outras (a)	(17.573)	(117.631)	122.766	(12.438)
Total	(986.599)	(106.544)	385.315	(707.828)
	2022	(Provisões)/ Reversões	Baixas (c)	2023
	(648.484)	(82.996)	49.395	(682.085)
Contas a receber de consumidores faturados	(648.484)	(82.996)	49.395	(682.085)
Parcelamentos	(278.632)	(2.638)	803	(280.467)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.939)	(2.535)	-	(6.474)
Outras (a)	(21.765)	4.182	10	(17.573)
Total	(952.820)	(83.987)	50.208	(986.599)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do exercício gerou uma provisão, no montante de R\$ 106.544, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais, ocasionado, também, pelas negociações realizadas com os maiores ofensores provisionados, conforme orientação do plano de recuperação da PECLD da Companhia; e
- (c) Referente a baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificações/ transferências	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(26.903)	(2.234)	37.186	1.146	-	-	-	9.195
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(16.265)	(120)	15.057	(909)	-	-	-	(2.237)
Rede básica	152.216	(58.020)	(22.811)	13.216	-	-	-	84.601
Compra de energia CVA (b)	(427.490)	389.559	(170.317)	(7.732)	-	-	-	(215.980)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	41.474	(17.960)	5.799	4.264	-	-	-	33.577
Transp. Itaipú	13.953	(7.630)	(3.704)	1.112	-	-	-	3.731
	(263.015)	303.595	(138.790)	11.097	-	-	-	(87.113)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	194.705	(84.418)	(16.889)	8.834	-	-	-	102.232
Neutralidade (d)	(57.802)	(17.681)	75.849	(1.823)	-	-	-	(1.457)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(39.451)	(29.555)	23.376	(308)	-	-	-	(45.938)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	14.334	-	323.237	890	-	(349.220)	128.570	117.811
Risco hidrológico (f)	(179.267)	-	(12.330)	(9.774)	-	-	-	(201.371)
Empréstimo escassez hídrica	(64.907)	-	64.907	-	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (g)	(18.553)	26.988	(6.304)	(2.713)	(26.988)	-	-	(27.570)
Outros (h)	99.342	186.474	(268.092)	1.249	(1.585)	-	-	17.388
	(51.599)	81.808	183.754	(3.645)	(28.573)	(349.220)	128.570	(38.905)
Total	(314.614)	385.403	44.964	7.452	(28.573)	(349.220)	128.570	(126.018)
Circulante								
Valores a receber	564.327							558.543
Valores a devolver	(671.029)							(873.965)
Efeito líquido ativo (passivo)	(106.702)							(315.422)
Não circulante								
Valores a receber	175.915							438.244
Valores a devolver	(383.827)							(248.840)
Efeito líquido ativo (passivo)	(207.912)							189.404
Efeito líquido total	(314.614)							(126.018)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificações/ transferências	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	158.837	(7.961)	(184.948)	7.368	-	-	(199)	(26.903)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	31.343	1.007	(48.929)	465	-	-	(151)	(16.265)
Rede básica	90.441	(4.033)	53.987	12.605	-	-	(784)	152.216
Compra de energia CVA (b)	(414.473)	10.945	59.858	(77.968)	-	-	(5.852)	(427.490)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	108.184	(3.414)	(70.775)	8.648	-	-	(1.169)	41.474
Transp. Itaipú	4.027	3.617	5.424	923	-	-	(38)	13.953
	(21.641)	161	(185.383)	(47.959)	-	-	(8.193)	(263.015)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	108.977	(22.733)	96.210	11.403	-	-	848	194.705
Neutralidade (d)	(11.667)	34.506	(72.345)	(8.296)	-	-	-	(57.802)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(38.834)	(621)	605	(601)	-	-	-	(39.451)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	-	-	351.442	(656)	-	(336.452)	-	14.334
Risco hidrológico (f)	(205.688)	(16.234)	53.092	(10.437)	-	-	-	(179.267)
Empréstimo escassez hídrica	(65.605)	72.836	(64.908)	(7.230)	-	-	-	(64.907)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (g)	(103.686)	12.993	86.233	(1.100)	(12.993)	-	-	(18.553)
Outros (h)	204.462	(77.449)	(115.357)	(201)	(1.572)	-	89.459	99.342
	(112.041)	3.298	334.972	(17.118)	(14.565)	(336.452)	90.307	(51.599)
Total	(133.682)	3.459	149.589	(65.077)	(14.565)	(336.452)	82.114	(314.614)
Circulante								
Valores a receber	704.689							564.327
Valores a devolver	(653.777)							(671.029)
Efeito líquido ativo (passivo)	50.912							(106.702)
Não circulante								
Valores a receber	163.024							175.915
Valores a devolver	(347.618)							(383.827)
Efeito líquido ativo (passivo)	(184.594)							(207.912)
Efeito líquido total	(133.682)							(314.614)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição ativa da CVA de R\$ 6.893, devido o pagamento da cota mensal de CDE USO ter realizado maior que a cobertura tarifária; e pelo efeito negativo do processo tarifário de R\$ 9.127, totalizando uma movimentação passiva de R\$ 2.234; (ii) O impacto da amortização positiva para o exercício foi de R\$ 37.186, sendo R\$ 34.707 pelo efeito positivo do processo tarifário;
- (b) O saldo teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma movimentação no exercício de R\$ 125.185 e das constituições negativas de R\$ 205.490 referentes aos custos com os contratos de energia de leilão, que realizaram valor menor em relação a cobertura tarifária, e pelo efeito positivo do processo tarifário de R\$ 469.864 resultando o movimento líquido positivo de R\$ 389.559. O impacto da amortização negativa para o exercício foi de R\$ 170.317, sendo R\$ 454.145 pelo efeito negativo processo tarifário;
- (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas, que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com Encargo de Energia Reserva, que tem se realizado acima da cobertura tarifária até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a conta de ESS que resultou em uma constituição negativa de R\$ 17.960, sendo R\$ 22.511 referente a constituição positiva do exercício referente a CVA ESS e R\$ 40.471 referente efeito negativo de efeito reajuste. O impacto da amortização positiva para exercício foi de R\$ 5.799, sendo R\$ 38.742 pelo impacto positivo do efeito reajuste;
- (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no exercício de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R\$ 17.681, sendo que R\$ 3.725 se refere ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto da amortização positiva para o exercício foi de R\$ 75.849, sendo que R\$ 73.881 se refere a amortização do exercício e R\$ 1.968 refere se ao efeito positivo do processo tarifário;
- (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores;
- (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando amortização negativa de R\$ 12.330, sendo que R\$ 11.403 se refere à amortização do exercício e R\$ 927 se refere ao efeito negativo do processo tarifário;
- (g) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 26.987, conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 6.304 no exercício findo em 31 dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses, sendo que R\$ 25.540 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e
- (h) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações de diferimento de parcela B negativo em R\$ 97.402, pela quitação da conta COVID/Escassez negativo em R\$ 70.240, pela Recomposição Itaipu negativa em R\$ 73.297 e pelo financeiro de recálculo referente a TRP 2021 negativamente em R\$ 31.235. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 4.082 e inclui financeiros como reversão de créditos associados a REN 376 e 414, neutralidade COVID, garantias financeiras, entre outros. O saldo total de constituição de outros foi afetado principalmente pelas constituições de Diferimento de Parcela B positivo em R\$109.000, pela Quitação da Conta COVID/Escassez positivo em R\$ 78.603, Reversão de créditos Associados a REN 376 e 414 negativo em 644. Os demais itens somados totalizam negativamente um valor de R\$ 142.466 e inclui financeiros como Encargo Escassez hídrica, Encargo COVID, Garantias Financeiras entre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 111.906 (R\$ 17.370 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 73.726 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 38.180 (R\$ 15.802 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar	45.541	42.701
PIS e COFINS	9.297	9.303
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	189.207	326.191
Outros	637	299
Total circulante	244.682	378.494
Não circulante		
ICMS a recuperar	78.779	116.041
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	248.037	225.752
Total não circulante	326.816	341.793
Totais impostos e contribuições a recuperar	571.498	720.287

- (a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 437.244 (R\$ 551.943 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2024		2023	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.160	4.796	1.228	5.942
Equatorial Para Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.047	6.377	3.080	8.276
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	711	1.808	513	2.484
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.029	2.531	856	4.143
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	241	564	95	460
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.565	3.872	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	17	37	9	43
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	16	35	9	42
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	19	46	13	62
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	79	144	21	102
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	17	39	10	46
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	17	40	11	52
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	-	-	11	54
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	34	73	15	72
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a)	-	-	14	68
Total		9.952	20.362	5.885	21.846
Outros créditos a receber – Intercompany					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	37	-	2	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.909	-	3.810	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	37	-	456	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	405	-	729	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	27	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	518	-	255	-
Total		2.933	-	5.252	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(283)	-	(424)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(80)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(144)	-	(231)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(74)	-	(116)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(c)	(4)	-	(12)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.162)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e)	(208)	(1.719)	(221)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e)	(186)	(1.700)	(201)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e)	(272)	(2.474)	(307)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	(489)	(4.672)	(524)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e)	(140)	(1.827)	(243)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e)	(280)	(2.536)	(302)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(e)	-	-	(193)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e)	(251)	(2.851)	(348)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e)	-	-	(216)	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(f)	(1.996)	-	(11.304)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(1.612)	(4.812)	(575)	(3.770)
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(7.186)	(30.497)	(5.931)	(27.174)
Total		(14.287)	(53.088)	(21.228)	(30.944)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(4.314)	(17.721)	(4.857)	(17.196)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.524)	(7.550)	(683)	(7.078)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.022)	(3.249)	(585)	(2.971)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(552)	(2.391)	(573)	(2.359)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(239)	(710)	(138)	(441)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.489)	(4.289)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	(6)	(15)	(3)	(7)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	(11)	(31)	(7)	(21)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	(3)	(10)	(1)	(3)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	(126)	(476)	(138)	(377)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	(5)	(15)	(4)	(8)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	(1)	(7)	(1)	(3)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	-	-	(9)	(19)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	(16)	(37)	(6)	(13)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(a)	-	-	(26)	(54)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(h)	(21.101)	(43.915)	(10.878)	(35.152)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV		-	(142)	-	(397)
Total		(31.409)	(80.558)	(17.909)	(66.099)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Investimentos em serviço – (bens em comodato)	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(i)	-	205	(205)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	112	118	(118)

- (a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (b) Os valores são provenientes da venda de materiais;
- (c) Os valores são provenientes da compra de materiais;
- (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A.;
- (e) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto no montante de R\$ 2.861;
- (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a CEEE-D (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, cuja devolução ocorreu em 2024; e
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes, a critério das partes.

10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, Conselho de Administração, o Presidente e Diretores, incluindo o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.400 (R\$ 5.200 em 31 de dezembro de 2023), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.2 – Plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	2.129	65 %
Salário ou Pró-labore	2.081	64 %
Benefícios diretos e indiretos	48	1 %
Remuneração variável	863	26 %
Remuneração baseada em ações	282	9 %
Valor total da remuneração	3.274	100 %

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus^(*), nos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures e sem ônus nas apólices de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série	1.200.000	100	19/08/2021	15/08/2026	1.200.000	621.167
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série	300.000	100	19/08/2021	15/09/2029	300.000	370.465
1ª Nota Comercial	400.000	100	17/10/2022	14/10/2027	400.000	410.233
2ª Emissão de Debêntures 1ª Série	250.000	100	23/12/2022	15/12/2029	250.000	275.286
Citibank	583.800	100	30/06/2023	27/01/2027	583.800	743.206
Bank of América	233.760	100	06/07/2023	29/01/2027	233.760	305.771
3ª Emissão de Debêntures Série Única	180.000	100	09/08/2023	15/07/2030	180.000	191.419
BNDES 21/22/23	200.000	100	27/09/2023	15/12/2036	200.000	191.272
4ª Emissão de Debêntures Série Única	1.000.000	100	20/12/2023	11/12/2029	1.000.000	1.003.612
5ª Emissão de Debêntures Série Única	250.000	100	19/06/2024	15/05/2036	250.000	247.976
6ª Emissão de Debêntures Série Única	500.000	100	09/08/2024	05/08/2030	500.000	521.315
7ª Emissão de Debêntures Série Única	420.000	100	04/10/2024	15/09/2036	420.000	415.860
Santander	400.000	100	29/11/2024	29/11/2027	400.000	404.080
Apólices de Seguros	444.071	100	13/11/2022	01/11/2029	N/A	N/A
Total	6.361.631				5.917.560	5.701.662

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

(a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos estão líquidos de custo de captação.

11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	787.369	39.540	148.017	(4.284)	970.642
Obrigações especiais (c)	(177.973)	(9.910)	-	-	(187.883)
Total ativo financeiro da concessão	609.396	29.630	148.017	(4.284)	782.759

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	2023
Ativo financeiro	680.923	28.921	77.525	787.369
Obrigações especiais (c)	(195.821)	(4.125)	21.973	(177.973)
Total ativo financeiro da concessão	485.102	24.796	99.498	609.396

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 22 – Receita operacional líquida;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (d) Valores correspondentes as baixas dos ativos vinculados a infraestrutura.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,11%	5.152.818	(2.349.348)	(192.185)	2.611.285
Total		5.152.818	(2.349.348)	(192.185)	2.611.285

		2023			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,11%	4.661.243	(2.285.165)	(187.364)	2.188.714
Total		4.661.243	(2.285.165)	(187.364)	2.188.714

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2045, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato (a)	2024
Em serviço	4.661.243	-	(126.337)	617.912	5.152.818
(-) Amortização	(2.285.165)	(168.146)	103.963	-	(2.349.348)
Total em serviço	2.376.078	(168.146)	(22.374)	617.912	2.803.470
Obrigações especiais (b)	(293.504)	-	-	(16.248)	(309.752)
(-) Amortização	106.140	11.427	-	-	117.567
Total em obrigações especiais	(187.364)	11.427	-	(16.248)	(192.185)
Total	2.188.714	(156.719)	(22.374)	601.664	2.611.285

	2022	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	4.490.140	28.621	(40.422)	182.904	4.661.243
(-) Amortização	(2.171.945)	(153.058)	39.838	-	(2.285.165)
Total em serviço	2.318.195	(124.437)	(584)	182.904	2.376.078
Obrigações especiais (b)	(265.402)	(6.129)	-	(21.973)	(293.504)
(-) Amortização	95.731	10.409	-	-	106.140
Total em obrigações especiais	(169.671)	4.280	-	(21.973)	(187.364)
Total	2.148.524	(120.157)	(584)	160.931	2.188.714

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Impairment

- **Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida**

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuou revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Importante ressaltar que a Companhia como um todo é considerada uma UGC – Unidade Geradora de Caixa.

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável.

- **Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos**

Taxa de desconto:

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (21 anos).

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores-beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto, antes dos impostos, utilizada foi de 11,70%, em 31 de dezembro de 2024 (11,25% em 31 de dezembro de 2023).

Sensibilidade:

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Receita Operacional Líquida:

A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de Construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente.

Custo do Serviço:

As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA.

As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados na CVA e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras.

Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela Aneel com réplica da metodologia para cálculos futuros.

Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras.

Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso.

Despesas Operacionais (OPEX):

Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação dos indicadores de DEC e FEC aos patamares regulatórios.

Índice de arrecadação (IAR):

O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança da Companhia e os resultados esperados para a realidade da distribuidora.

Investimentos (CAPEX):

O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições (c)	Transferências (b)		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (d)	1.265.564	904.487	(617.912)	(148.017)	1.404.122
(-) Provisão para perda de estoque	(110.465)	14.725	-	-	(95.740)
Obrigações especiais (a)	(93.552)	(17.166)	16.248	-	(94.470)
Total	1.061.547	902.046	(601.664)	(148.017)	1.213.912

	2022	Adições (c)	Transferências (b)		2023
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (d)	830.091	695.902	(182.904)	(77.525)	1.265.564
(-) Provisão para perda de estoque	(45.034)	(65.431)	-	-	(110.465)
Obrigações especiais (a)	(93.136)	(416)	21.973	(21.973)	(93.552)
Total	691.921	630.055	(160.931)	(99.498)	1.061.547

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (c) O montante de R\$ 902.046 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 788.782 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 27.748 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 58.346 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 12.524 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos e R\$ 14.646 refere-se a reversão de provisão para perda de estoque e obra; e
- (d) A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 207.990 classificados como almoxarifado, classificados como ativos de contrato no ativo não circulante, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício, findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14 Fornecedores

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica (a)	268.683	356.151
Encargos de uso da rede elétrica	110.515	109.133
Materiais e serviços (b)	152.409	103.995
Partes relacionadas – nota explicativa nº 10	14.287	21.228
Total	545.894	590.507

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2024 teve uma redução de R\$ 87.468 em relação a 31 de dezembro de 2023. A principal variável para essa diminuição foi a redução do saldo de Recomposição da Conta Itaipu, com impacto de R\$ 75.271, acrescido da redução nos custos com os contratos de energia em R\$ 25.122 e aumento das despesas no Mercado de Curto Prazo em 12.295; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional da Companhia no decorrer do exercício em referência. A variação ocorreu principalmente pelo aumento no consumo de materiais, atribuída em grande parte ao projeto de modernização do sistema elétrico.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 52 dias (10 dias em 31 de dezembro de 2023).

14.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 40.916 (R\$ 32.853 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa da Companhia em R\$ 330.716 durante o ano de 2024 (R\$ 177.559 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio de pagamento destes títulos é de 35 dias (31 dias em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,8475%	Aval/Fiança	9.822	295.949	305.771
Citibank	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	130	743.076	743.206
Total moeda estrangeira US\$ (a)			9.952	1.039.025	1.048.977
Moeda nacional					
		Aval/Fiança+			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 7,38%	Conta Reserva + Recebíveis	16.803	178.764	195.567
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	4.080	400.000	404.080
Nota comercial	CDI + 1,40%	Aval/Fiança	10.233	400.000	410.233
Subtotal			31.116	978.764	1.009.880
(-) Custo de captação			(354)	(3.941)	(4.295)
Total moeda nacional			30.762	974.823	1.005.585
Total empréstimos e financiamentos			40.714	2.013.848	2.054.562
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,8475%	Aval/Fiança	7.705	232.166	239.871
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	CDI + 1,45%	Aval/Fiança	234.023	-	234.023
Citibank	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	22.451	580.956	603.407
Total moeda estrangeira US\$ (a)			264.179	813.122	1.077.301
Moeda nacional					
		Aval/Fiança+			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 7,38%	Conta Reserva + Recebíveis	18.489	186.069	204.558
Nota comercial	CDI + 1,40%	Aval/Fiança	10.566	400.000	410.566
Subtotal			29.055	586.069	615.124
(-) Custo de captação			(355)	(4.247)	(4.602)
Total moeda nacional			28.700	581.822	610.522
Total empréstimos e financiamentos			292.879	1.394.944	1.687.823

(a) Considera-se no custo da dívida do *Bank Of America*, *Sumitomo Mitsui Banking Corporation* e *Banco Citibank*, o custo da ponta passiva do swap.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.700	581.822	264.179	813.122	1.687.823
Ingressos	-	400.000	-	-	400.000
Encargos	66.584	-	77.569	-	144.153
Variação monetária e cambial	1.078	8.262	31.151	225.903	266.394
Transferências	15.214	(15.214)	-	-	-
Amortizações de principal	(15.900)	-	(263.236)	-	(279.136)
Pagamentos de juros	(65.268)	-	(99.711)	-	(164.979)
Custo de captação (a)	354	(47)	-	-	307
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.762	974.823	9.952	1.039.025	2.054.562

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.464	985.759	256.008	250.129	1.503.360
Ingressos	-	200.000	-	817.560	1.017.560
Encargos	216.971	(86.037)	38.112	-	169.046
Variação monetária e cambial	122	1.453	(20.998)	(28.043)	(47.466)
Transferências	514.664	(514.664)	226.524	(226.524)	-
Amortizações de principal	(500.000)	-	(226.531)	-	(726.531)
Pagamentos de juros	(215.304)	-	(8.936)	-	(224.240)
Custo de captação (a)	783	(4.689)	-	-	(3.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.700	581.822	264.179	813.122	1.687.823

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Banco Santander	400.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital Giro	CDI + 1,10%	N/A
Total	400.000						

15.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	40.714	2%
2026	90.559	4%
2027	1.780.968	87%
2028	16.251	1%
2029	16.251	1%
Até 2036	113.760	5%
Subtotal	2.017.789	98%
Custo de captação (Não circulante)	(3.941)	-
Não circulante	2.013.848	98%
Total	2.054.562	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	<i>Bank of America</i>	<i>Citibank</i>	<i>Nota Comercial</i>	<i>Santander</i>
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$	3,6	3,6	3,6	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2024, a apuração da Companhia, indica, cumprimento da interveniente garantidora Equatorial S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Debêntures

16.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	359.257	2.380.295	2.739.552
Ingressos	-	1.170.000	1.170.000
Encargos	307.503	-	307.503
Transferências	295.811	(295.811)	-
Amortização de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de juros	(289.099)	-	(289.099)
Variação monetária e cambial	-	49.841	49.841
Custo de captação (a)	2.412	(33.109)	(30.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	375.884	3.271.216	3.647.100

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	371.875	1.473.928	1.845.803
Ingressos	-	1.180.000	1.180.000
Encargos	199.358	-	199.358
Transferências	298.698	(298.698)	-
Amortização de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de juros	(211.975)	-	(211.975)
Variação monetária e cambial	-	28.746	28.746
Custo de captação (a)	1.301	(3.681)	(2.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	359.257	2.380.295	2.739.552

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
5ª Emissão - Série Única	250.000	jun-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,5596%	CDI + 0,29%
6ª Emissão - Série única	500.000	ago-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
7ª Emissão - Série única	420.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,24%
Total	1.170.000						

16.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2024	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	375.884	10%
2026	300.000	8%
2027	200.000	5%
2028	748.384	21%
2029	1.118.467	31%
Até 2036	943.045	26%
Subtotal	3.309.896	91%
Custo de captação (Não circulante)	(38.680)	-1%
Total não circulante	3.271.216	90%
Total debêntures	3.647.100	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.4 Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo circulante	Passivo não circulante	2024
										Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	Aval/Fiança	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	325.942	295.225	621.167
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	Aval/Fiança	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	7.272	363.193	370.465
2ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	Aval/Fiança	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	753	274.533	275.286
3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	Aval/Fiança	180.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	5.704	185.715	191.419
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	Aval/Fiança	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	dez/23	dez/29	6.120	997.492	1.003.612
5ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	Aval/Fiança	250.000	CDI + 0,29% a.a.	jun/24	mai/36	1.067	246.909	247.976
6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	Aval/Fiança	500.000	CDI + 1,05% a.a.	ago/24	ago/30	22.565	498.750	521.315
7ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	Aval/Fiança	420.000	CDI + 0,24% a.a.	out/24	set/36	6.461	409.399	415.860
								375.884	3.271.216	3.647.100

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e
- (b) Considera-se no custo da 2ª Debêntures, 1ª série, 5ª Debêntures e 7ª Debêntures, o custo da ponta passiva do swap.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

16.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2º debêntures	3º debêntures	4º debêntures	5º debêntures	6º debêntures	7º debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
Circulante		
ICMS	24.031	30.103
ICMS parcelamento (a)	117.494	105.990
PIS e COFINS	15.213	132.312
Parcelamento Federal (b)	12.939	942
ISS	8.719	4.135
Outros	9.039	9.113
Subtotal	187.435	282.595
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	2.610.406	2.522.099
Parcelamento Federal (b)	27.844	-
Subtotal	2.638.250	2.522.099
Total	2.825.685	2.804.694

- (a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 50.996, refere-se a parcelamentos ordinários, e R\$ 2.676.904 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.455.847	-	1.455.847
Multa	387.512	(232.507)	155.005
Juros	833.545	(500.127)	333.418
Total	2.676.904	(732.634)	1.944.270

- (b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A companhia optou por utilizar o crédito de prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com as devidas contabilizações de baixa do diferido.

17.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher	2024	
	Valor	%
Circulante	117.494	4%
2026	106.107	4%
2027	117.816	4%
2028	106.083	4%
2029	112.903	4%
Após 2029	2.167.497	80%
Não circulante	2.610.406	96%
Total	2.727.900	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

18.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(487.877)	(487.877)	(451.559)	(451.559)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	121.969	43.909	112.890	40.640
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	12.295	4.453	156.969	62.711
Atualização de Indébito tributário	10.845	3.904	16.977	6.112
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	36.022	12.968	-	-
Diferença temporária não reconhecidos	38.607	13.897	(193.234)	(75.685)
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	(183.717)	(66.163)	(93.602)	(33.778)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	36.021	12.968	-	-
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	7%	3%	-	-
Imposto Diferido (a)	36.021	12.968	-	-

- (a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A Companhia optou por utilizar o crédito prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% no parcelamento de tributos federais conforme estabelecido pela Lei. O referido imposto diferido foi reconhecido no resultado e consumido dentro do próprio ano.

18.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 2.842.895 (R\$ 2.645.637 em 31 de dezembro de 2023) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.135.710	2.033.928	7.437.242	1.859.311
Base negativa de CSLL	8.139.357	732.542	7.440.608	669.655
Diferenças temporárias	224.779	76.425	343.151	116.671
Total	16.499.846	2.842.895	15.221.001	2.645.637

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	368.682	6.721	361.485	13.378
Fiscais	593	721	547	639
Trabalhistas	471.961	220.885	434.418	216.588
Regulatório	8.672	-	68.164	-
Ambiental	36.944	-	33.554	-
Total	886.852	228.327	898.168	230.605
Circulante	390.829	4.504	407.326	4.714
Não circulante	496.023	223.823	490.842	225.891

19.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)
Cíveis i)	361.485	35.629	(30.014)	(24.173)	25.755	-
Fiscais ii)	547	1	(1)	-	46	-
Trabalhistas iii)	434.418	100.753	(91.072)	(56.096)	83.958	-
Regulatório iv)	68.164	-	(11.005)	-	13.972	(62.459)
Ambiental v)	33.554	200	(9)	-	3.199	-
Total contingências	898.168	136.583	(132.101)	(80.269)	126.930	(62.459)

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis i)	363.254	48.072	(38.781)	(61.604)	50.544	361.485
Fiscais ii)	1.426	19	-	(452)	(446)	547
Trabalhistas iii)	385.216	135.979	(83.196)	(71.312)	67.731	434.418
Regulatório iv)	24.635	50.273	-	(6.577)	(167)	68.164
Ambiental v)	30.989	52	-	(4)	2.517	33.554
Total contingências	805.520	234.395	(121.977)	(139.949)	120.179	898.168

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no exercício;
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e
(4) Refere-se a reclassificação das multas aplicadas pela AGERGS, provisionadas no exercício de 2023, acrescidas de atualização monetária, para o grupo de Outras Contas a Pagar – conta de autos de infração. Tais multas encontram-se em discussão administrativamente e não estão judicializadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis (i)	109.295	109.858
Fiscais (ii)	113.364	95.426
Trabalhistas (iii)	6.518	4.682
Total	229.177	209.966

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

A Companhia figura como ré em 10.634 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (9.771 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua grande maioria, referem-se ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, repetição do indébito por má-classificação tarifária, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica (eletroplessão) ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Esses processos são avaliados como prováveis, no montante de R\$ 368.682 (R\$ 361.485 em 31 de dezembro de 2023).

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 244.282 (R\$ 223.253 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Debêntures (a)	244.282	223.253
Falha no fornecimento	32.991	38.005
Desclassificação na secagem de fumo	4.599	10.354
Classificação tarifária	21.872	19.283
Quebra de contrato	20.163	18.368
Portaria DNAEE	6.098	6.539
Fraude Questionada	5.574	5.896
Falha no atendimento	2.449	5.181
Declaração de direitos reais	10.200	9.560
Cobrança indevida	5.736	6.866
Outras	14.718	18.180
Total	368.682	361.485

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 109.295 (R\$ 109.858 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 69.267 (R\$ 63.645 em 31 de dezembro de 2023). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

	2024	2023
Debêntures (a)	69.267	63.645
Desclassificação na secagem de fumo	1.881	6.455
Falha no fornecimento	4.054	9.171
Fraude questionada	3.016	4.075
Quebra de contrato	3.055	2.649
Portarias DNAEEE 38/86 e 45/86	5.089	4.822
Cobrança indevida	6.247	5.766
Acidente com terceiros	1.789	1.774
Falha no atendimento	653	1.230
Corte indevido	979	951
Outras	13.265	9.320
Total	109.295	109.858

- (a) Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

ii) Fiscais

A Companhia figura como ré em 508 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (462 processos em 31 de dezembro de 2023).

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Tributos municipais	542	504
PIS/COFINS	46	43
Exibição de documentos	5	-
Total	593	547

Além dos processos provisionados, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 113.364 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 95.426 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são de estorno dos créditos do PIS e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e contribuição de iluminação pública, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)

	2024	2023
Tributos federais	82.154	69.863
Tributos estaduais	1.197	18
Tributos municipais	29.769	25.365
Resguardo de direito	125	106
Título judicial	85	74
Outros	34	-
Total	113.364	95.426

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

iii) Trabalhistas

O passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 7.163 reclamações em trâmite e ajuizadas (6.836 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Horas extras	150.337	125.825
Responsabilidade subsidiária	49.889	57.958
Responsabilidade solidária	33.498	31.604
Dispensas PAE	36.878	31.139
Ex-autárquico	29.329	27.773
Danos morais	34.501	26.758
FGTS	18.033	22.664
Diferença salarial	14.432	15.626
Adicional penosidade	13.185	15.227
Acidente de trabalho	7.148	7.857
Outros	84.731	71.987
Total	471.961	434.418

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 6.518 (R\$ 4.682 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

iv) Regulatórios

A Companhia figura como ré em 171 processos regulatórios em 31 de dezembro de 2024 (206 processos em 31 de dezembro de 2023), no montante de R\$ 8.672 (R\$ 68.164 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Compra e venda de energia (a)	8.653	17.985
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	5	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2	-
Ilegalidade - Parcela A	12	15
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) (b)	-	50.164
Total	8.672	68.164

- (a) Processo ingressado para cobrar indenização da CEEE-D por atraso na formalização da rescisão de contrato de Geração Distribuída; e
- (b) Refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento. O valor de R\$ 62.459, referente a 31 de dezembro de 2024, foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar.

v) Ambientais

A Companhia figura como ré em 104 processos ambientais em 31 de dezembro de 2024 (110 processos em 31 de dezembro de 2023). O valor de R\$ 36.944 (R\$ 33.354 em 31 de dezembro de 2023) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2021, a Companhia constituiu saldo ativo referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e a partir de 2021 os saldos passivos estão sendo amortizados por meio da CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes que devem ser amortizados são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou um complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, conforme segue: (i) complemento de ativo no montante de R\$ 37.968 (R\$ 53.175 em 31 de dezembro de 2023); (ii) complemento do passivo no valor de R\$ 32.948; (iii) compensação de débitos tributários no total de R\$ 152.667, referentes a tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais, por meio de PER/DCOMP; (iv) R\$ 70.930 relativos ao ressarcimento referente a devolução a maior ao consumidor via Reajuste Tarifário; e (v) amortização do passivo referente ao ressarcimento aos consumidores, no valor de R\$ 349.220.

	2024	2023
Ativo		
Circulante – nota explicativa nº 9	189.207	326.191
Não circulante – nota explicativa nº 9	248.037	225.752
PIS e COFINS a recuperar	437.244	551.943
Passivo		
Circulante	-	349.220
Não circulante	230.478	126.599
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	230.478	475.819

Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	2024	
	Valor	%
Circulante	189.207	44%
2026	189.207	43%
2027	58.830	13%
Não circulante	248.037	56%
Total	437.244	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 37.968 (R\$ 4.617 em 31 de dezembro de 2023), sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 1.766 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:

Resultado	2024	2023
(+) Receita financeira		
PIS/COFINS consumidores a restituir	37.968	4.617
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(1.766)	(215)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	36.202	4.402

21 Passivo a descoberto

21.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentos e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2024			
	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
Eletrobras	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

21.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”).

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

4º Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis
11/03/2023	37.500
11/03/2024	37.500
11/03/2025	37.500
11/03/2026	37.500
	150.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

4º Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 03/04/2023	
Quantidade outorgada	150.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do vesting period	26,04
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2023 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

c. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de Opções 2024	Média ponderada do preço de exercício 2024	Número de opções 2023	Média ponderada do preço de exercício 2023
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	150.000	23,00	150.000	23,59
Transferidas durante o exercício	-	-	-	-
Encerradas durante o exercício	(37.500)	-	-	-
Encerramento ao fim do exercício da 6ª Outorga	112.500	26,04	-	-
Existentes ao fim do exercício	112.500	-	150.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 274 (R\$ 574 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

21.2.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” - Contrato 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo Equatorial (“Grupo”) criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Equatorial S.A ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b. Forma de cálculo da despesa do programa

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço
	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	135.000	33,35	85.000	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	50.000	-
Revertidas durante o exercício	(25.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	110.000	31,15	135.000	33,35

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 46 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 4.307 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “*Phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

21.2.3 Plano de outorga de “*Phantom Shares*” – Contrato 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares Vestidas* a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço
Em ações	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	60.343	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	2.109	-	60.343	-
Existentes ao fim do exercício	62.452	32,19	60.343	33,28

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma reversão de R\$ 53 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21.3 Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir concilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	2024			2023		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do exercício	(437.833)	(1.055)	(438.888)	(450.474)	(1.085)	(451.559)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Prejuízo básico e diluído por ação	(6,43012)	(6,43012)	(6,43012)	(6,61577)	(6,61577)	(6,61577)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2024	2023
Receita de distribuição	4.941.626	4.788.062
Remuneração financeira WACC (a)	80.363	121.527
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	430.367	153.048
Subvenção CDE - Outros (c)	222.321	173.861
Fornecimento de energia elétrica	5.674.677	5.236.498
Suprimento de energia elétrica (c)	187.133	150.700
Receita pela disponibilidade - uso da rede	617.416	551.203
Receita de construção (d)	919.212	630.471
Atualização dos ativos financeiro e contrato (e)	29.630	24.796
Outras receitas	197.876	217.274
Receita operacional bruta	7.625.944	6.810.942
Deduções		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(920.885)	(808.595)
PIS e COFINS	(497.036)	(461.051)
Encargos do consumidor	(48.438)	(43.063)
ISS	(150)	(29)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (c)	(739.216)	(672.172)
Penalidades DIF/FIC e outras	(80.231)	(33.197)
Deduções da receita operacional	(2.285.956)	(2.018.107)
Receita operacional líquida	5.339.988	4.792.835

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 277.319 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 157.120 em relação ao exercício anterior; (ii) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 52.508; (iii) em relação à constituição, houve maiores custos frente à cobertura tarifária, gerando variação positiva de R\$ 146.013 quando comparado com o exercício anterior; (iv) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 6.164; (v) efeito negativo na variação da CVA da Bandeira Faturada R\$ 72.158, devido as bandeiras tarifárias que ocorreram a partir de julho de 2024, o que não ocorreu em 2023;
- (c) Refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, referente aos pagamentos da quota CDE USO conforme resolução ANEEL n° 3.305 de 14 de novembro de 2023. A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda via MCS D Energia Nova durante o exercício de 2024. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda de energia;
- (d) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (e) Houve aumento do índice de inflação adotado, o IPCA, que passou de 4,62% até dezembro de 2023 para 4,83% até dezembro de 2024.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

23 Custo do serviço e despesas operacionais

	2024					2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(45.118)	(34.213)	(38.552)	-	(117.883)	(35.267)	(28.655)	(165.611)	-	(229.533)
Material	(16.399)	(443)	(3.800)	-	(20.642)	(9.968)	(672)	1.172	-	(9.468)
Serviços de terceiros	(49.819)	(275.256)	(77.641)	-	(402.716)	(144.421)	(100.849)	(93.544)	-	(338.814)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.110.432)	-	-	-	(3.110.432)	(2.826.022)	-	-	-	(2.826.022)
Custo de construção (b)	(919.212)	-	-	-	(919.212)	(630.471)	-	-	-	(630.471)
PECLD (c)	-	-	-	(106.544)	(106.544)	-	-	-	(33.779)	(33.779)
Provisão para riscos judiciais (d)	-	-	(56.314)	-	(56.314)	-	-	(94.446)	-	(94.446)
Amortização	(147.884)	-	(10.398)	-	(158.282)	(119.634)	-	(29.232)	-	(148.866)
Outros	(855)	(6.768)	(5.861)	(9.212)	(22.696)	2.149	(1.911)	(7.706)	-	(7.468)
Total	(4.289.719)	(316.680)	(192.566)	(115.756)	(4.914.721)	(3.763.634)	(132.087)	(389.367)	(33.779)	(4.318.867)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e 22 – Receita operacional líquida;
- (c) Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa; e
- (d) Variação causada, principalmente pela provisão de multas no exercício 2023. Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 19.1 – Movimentação dos riscos no exercício.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23.1 Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	6.466
Outras receitas operacionais	23.210	490
Reversão para perda de estoque (a)	123.521	36.285
Total de outras receitas operacionais	146.731	43.241
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(64.862)	(41.836)
Indenização por danos a terceiros	(12.369)	(6.782)
Provisão para perda de estoque (a)	(108.875)	(101.716)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	(9.377)	(50.208)
Outras despesas operacionais	(91.851)	(11.180)
Total de outras despesas operacionais	(287.334)	(211.722)
Total	(140.603)	(168.481)

- (a) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e
- (b) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber.

24 Energia elétrica comprada para revenda

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	4.743	(1.213.616)	4.786	(1.139.579)
Contratos Eletronuclear	292	(96.489)	287	(98.964)
Contratos cotas de garantias (b)	1.300	(306.198)	1.514	(256.138)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	-	(176.568)	-	(192.447)
Energia bilateral	34	(12.788)	34	(13.337)
Energia de curto prazo – CCEE (d)	-	(111.461)	-	(122.077)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	140	(87.960)	139	(90.816)
Itaipu (e)	1.475	(432.393)	1.485	(290.339)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	278.270	-	264.716
Geração distribuída (f)	-	(44.641)	-	(29.921)
Subtotal	7.984	(2.203.844)	8.245	(1.968.902)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(906.588)	-	(857.120)
Total	7.984	(3.110.432)	8.245	(2.826.022)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos CCEAR e MCS D, decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2023, devido a entrada de contratos novos e atualização dos preços dos contratos em suprimento, aumentando o preço médio de aquisição de energia em 11,4 % passando para R\$ 265,29;
- (b) As variações são decorrentes das despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e os Efeitos dessa Contratação na Liquidação CCEE, em 2024 as usinas que antes pertenciam ao grupo Eletrobras foram repactuadas, tendo seus preços de venda ajustados, aumentando assim a despesa com esses contratos em 19,5 %;
- (c) A redução nas despesas associada ao ESS no exercício de 2024 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo;
- (d) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 10.616, em virtude da redução da despesa com os efeitos da contratação por disponibilidade em relação ao mesmo exercício de 2023;
- (e) A variação refere-se aos custos com o contrato da Usina Itaipu e os efeitos dessa contratação na Liquidação CCEE no Mercado de Curto Prazo, que resultaram em aumento na despesa em 48,9 % em relação a 2023; e
- (f) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

(*) não auditado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	107.126	126.425
Valores a receber/devolver parcela A	113.884	46.641
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	304.238	25.019
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	93.442	75.672
Receita financeira de AVP	19.195	37.044
PIS/COFINS sobre receita financeira	(18.608)	(18.914)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	5.020	4.617
Variação monetária e cambial da dívida (d)	42.642	127.885
Outras receitas financeiras (h)	103.761	37.003
Total de receitas financeiras	770.700	461.392
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (e)	(441.898)	(362.582)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(87.914)	(154.883)
Valores a receber/devolver parcela A	(106.432)	(111.718)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(358.877)	(109.165)
Despesa financeira de AVP	(25.052)	(6.211)
Atualização de contingências (f)	(126.930)	(120.179)
Multas	(45.352)	(24.848)
Juros, multas s/ operação de energia	(349)	(285)
Outras despesas financeiras (g)	(349.352)	(328.567)
Encargos de geração distribuída	(1.085)	-
Total de despesas financeiras	(1.543.241)	(1.218.438)
Total do resultado financeiro	(772.541)	(757.046)

- (a) A redução nos rendimentos financeiros ocorreu, principalmente, em função da queda do CDI, que em 2023 era de 13,04% e em 2024, a taxa acumulada fechou em 10,88%;
- (b) Refere-se, à contratação de operação de *swap*, designada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca Dólar+*spread* por CDI+*spread*, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. O principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 6,19 em 31 de dezembro 2024;
- (c) Variação ocasionada pelas negociações realizadas com os maiores ofensores provisionados na PECLD, conforme orientação do plano de recuperação da PECLD da Companhia, onde foi acordado negociações com isenções importantes, dentre elas parte dos moratórios, que oportunizaram a composição da negociação com parcelas viáveis para pagamento;
- (d) No líquido da rubrica de variação monetária e cambial em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 27,9%, contribuindo para uma despesa líquida no exercício;
- (e) O principal impacto nos encargos da dívida foi resultado do aumento de 28,8% na dívida total da Companhia, em comparação com 2023;
- (f) O aumento do saldo deve-se, principalmente, pela mudança do índice de atualização do IGPM para IPCA em Processos Cíveis após emissão do provimento número 014/2022-CGJ que alterou a Consolidação Normativa Judicial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- (g) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 17 – Impostos e contribuições a recolher; e
- (h) A principal variação corresponde a atualização do crédito a recuperar do consumidor, devolvido a maior sobre o crédito da exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS, dos reajustes anteriores, conforme homologado no reajuste tarifário pela Aneel em 2024.

26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

26.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia, através da Fundação Família Previdência, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Esse último, fechado para novas adesões. Possui também o Plano CD administrado pela EQTPREV.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1.254/1995, firmado junto à Fundação Família Previdência.

O contrato SF nº 1.254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(a) Plano CD

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são:

- **Benefício por entrada em invalidez:** Concedido em caso de invalidez de participante ativo. A contribuição projetada corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos; e
- **Benefício de pecúlio por morte como participante ativo:** Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, será creditado ao saldo de conta aplicável a contribuição projetada que, corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o Participante completaria 55 (cinquenta e cinco).

(b) Planos de benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar que, pelo regulamento do Plano seria de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Esses dispositivos regulamentares foram objeto de determinação da PREVIC para adequação desde a constituição do plano CEEEPREV e ratificado através da portaria 213 em 2014. Além disto, a manutenção da responsabilidade exclusiva está sendo discutida judicialmente, já havendo decisão, não definitiva, prolatada reconhecendo a aplicação do princípio da paridade contributiva, o que vem sendo adotado pela Companhia. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte de contribuição definida e uma parte de benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento. Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos nº 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício salgado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal e inconstitucional, determinando através da Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/1998.

Contrária à determinação da PREVIC, a Fundação Família Previdência ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Foi obtida medida liminar para suspender a Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014. No entanto, sobreveio sentença que, julgou que, em primeira instância, foi julgada improcedente a demanda e cassou a liminar anteriormente concedida. Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo. O recurso de apelação foi improvido, mantendo-se a sentença e reconhecendo-se a validade da Portaria nº 213 de 23 de abril de 2014. Contra o acórdão foi oposto Embargos de Declaração pela Advocacia Geral da União e Recurso Especial pela Fundação Família Previdência, cujo exame da admissibilidade se dará posteriormente ao julgamento dos Embargos Declaratórios opostos pela União, ainda pendente de julgamento. Inicialmente foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Especial ingressado, mas essa decisão foi reconsiderada, estando a decisão/acórdão em plena produção de efeitos. Atualmente a Companhia está promovendo o cumprimento provisório de sentença deste processo, e a Fundação Família Previdência já foi intimada para promover o ajuste no regulamento.

Por meio do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade e inconstitucionalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que esses vícios geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a Fundação Família Previdência, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a Entidade enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar nº 108/2001. De outro lado, a Fundação Família Previdência interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 14 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos “a fim de reconhecer a inobservância à paridade contributiva estabelecida pela Constituição Federal e regulada pela Lei Complementar nº 108/01, fazendo cessar, a contar da presente decisão, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002”. Todas as partes interpuseram recursos de apelação contra a sentença que foram julgados improvidos em 28 de julho de 2022, tendo sido mantida integralmente a sentença. Da decisão do TJRS, a CEEE-D recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, sendo que os recursos estão pendentes de julgamento. Em 17 de dezembro de 2023, o Superior Tribunal de Justiça – na Tutela Cautelar 303, agregou efeito suspensivo ao recurso da CEEE-D que está pendente de julgamento no STJ, para impedir qualquer pagamento pela CEEE-D do plano de benefícios CEEEPREV acima da paridade contributiva. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

(c) Plano único

O Plano Único é de benefícios previdenciários com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes ativos e com os assistidos. O plano encontra-se fechado para novas adesões desde 02 de setembro de 2002, sendo administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela CEEE-D, dentre outras patrocinadoras.

Com a privatização da Companhia a relação de patrocínio relativa ao Plano Único passou a ser regulada pelo que estabelece a Lei Complementar nº 109/2001. O Regulamento do Plano Único estabelece que as contribuições para custeio do referido Plano devem obedecer ao princípio da paridade contributiva entre patrocinador e participantes.

Portanto, o reconhecimento do passivo pós-emprego está adequado ao modelo de reconhecimento de *Risk Sharing*, conforme orientações contidas no documento CPAO 013 – “*Risk Sharing* – Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e Normas Correlatas” divulgado pelo Instituto Brasileiro de Atuária. Assim, foi considerada a redução do Valor Presente das Obrigações Atuariais (VPOA) em decorrência do compartilhamento de riscos (*risk sharing*) com os participantes e assistidos do Plano Único existente por meio de planos de equacionamento de déficits, conforme legislação aplicada à previdência complementar fechada (CNPc/Previc).

Em 25 de março de 2021, a CEEE-D formalizou junto à Fundação Família Previdência o seu pedido retirando o patrocínio do Plano Único. Conforme informação da Companhia, o processo de retirada encontra-se suspenso em decorrência de decisão liminar proferida no agravo de instrumento nº 5032285-40.2022.4.04.0000, em trâmite perante a Justiça Federal de Porto Alegre.

(d) Plano de saúde e odontológico

Plano de Saúde (Unipart)

A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Unimed Porto Alegre. Este plano é oferecido para os empregados da CEEE-D, bem como a seus dependentes.

As contribuições são valores únicos *per capita*, no valor de R\$ 526,53 com vigência a partir de março/2024.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A partir de março de 2023, as contribuições são estabelecidas por custo médio para todos os beneficiários e são integralmente custeadas pela CEEE-D. Portanto, não há previsão de permanência no plano de saúde pós a concessão de aposentadoria para os participantes com data de adesão posterior a março/2023.

Já para os participantes que aderiram ao plano antes de março de 2023, permanece o direito de continuidade no plano após a concessão de aposentadoria (com temporariedade definida com base no tempo de contribuição efetuada ao plano), desde que o custeio seja arcado integralmente pelo participante, de forma que a CEEE-D não possua responsabilidade de pagamento para esses casos. A permanência destes ex-empregados no plano de saúde eleva o valor das contribuições pagas pela CEEE-D para seus empregados (ativos), por serem calculadas como um custo médio, em que um aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados acarretará também em um aumento das contribuições de todos os segurados, inclusive dos ativos.

Plano Odontológico (Odonto Master I)

A CEEE-D oferece um plano odontológico, administrado pela Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica LTDA, a seus empregados, bem como para seus dependentes.

Esse plano possui mensalidade de R\$16,00, vigente a partir de agosto de 2023. A participação da CEEE-D no Plano Odontológico é de 100% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes. Portanto, não há possibilidade de permanência no plano em uma apólice de inativos.

No entanto, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 4 ex-empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares, para os quais a Companhia continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de afastamentos por invalidez.

26.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2024.

Apuração do passivo (ativo) líquido em					2024		2023					
	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total do Passivo	CD	Total do Ativo	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total do Passivo	
1 Déficit/(superávit) apurado												
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.690.417	1.030.019	36.057	2.756.493	22	22	26	1.950.608	1.185.936	17.460	3.154.030	
Valor justo dos ativos do plano	(1.106.647)	(848.511)	-	(1.955.158)	(275)	(275)	(237)	(1.184.963)	(920.600)	-	(2.105.800)	
Déficit/(superávit) apurado	583.770	181.508	36.057	801.335	(253)	(253)	(211)	765.645	265.336	17.460	1.048.230	
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais												
Efeito do teto de ativo	-	-	-	-	243	243	211	-	-	-	211	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	-	-	-	-	243	243	211	-	-	-	211	
3 Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)												
Passivo/(ativo) líquido apurado	583.770	181.508	36.057	801.335	(10)	(10)	-	765.645	265.336	17.460	1.048.441	
Ativo não circulante				-		10					-	
Passivo circulante				80.914		-					82.304	
Passivo não circulante				720.421		-					966.137	

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2024					2023				
	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total
Resultado do exercício										
Custo do serviço corrente líquido	2	388	(522)	269	137	3	44	(909)	-	(862)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	2	182.986	108.776	1.662	293.426	3	206.507	129.422	-	335.932
Rendimento esperado dos ativos do plano	(22)	(110.440)	(84.188)	-	(194.650)	(14)	(133.153)	(104.824)	-	(237.991)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	20	-	-	-	20	11	-	-	-	11
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	2	72.934	24.066	1.931	98.933	3	73.398	23.689	-	97.090
Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício										
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(10)	77.795	56.868	-	134.653	(98)	20.776	10.937	-	31.615
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(8)	(286.154)	(129.959)	17.400	(398.721)	(11)	88.320	35.603	17.460	141.372
(Ganhos)/perdas no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	11	-	-	-	11	112	-	-	-	112
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(7)	(208.359)	(73.091)	17.400	(264.057)	3	109.096	46.540	17.460	173.099

26.4 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Ativos do plano incluem:

	2024			2023		
	CD	CEEEPREV	Plano único	CD	CEEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	146.435	1.460.199	826.365	124.898	2.029.298	1.199.041
Fundos de Investimentos	223.844	1.289.473	831.882	229.798	842.640	504.233
Outros	92.542	480.878	268.339	70.640	578.646	370.096
Ativo total	462.821	3.230.550	1.926.586	425.336	3.450.584	2.073.370

26.5 Obrigação de benefício definido

(a) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas	2024				2023			
	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	7,63%	7,41%	7,57%	7,17%	5,27%	5,65%	5,60%	5,57%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	BR-EMSsb v.2015 Segregada por sexo	AT-2000 Segregada por Sexo	BR-EMSsb 2021 Segregada por Sexo Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb-2021 M/F desagravada em 10%	AT-2000 M/F	BR-EMSsb2021 M/F, desagravada em 10%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		2024				2023			
Premissas	Análise de sensibilidade	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	-	(62.759)	(33.896)	(2.640)	(1)	(84.498)	(45.002)	(1.028)
	Redução de 0,5%	1	67.415	36.156	2.979	1	91.669	48.398	1.136
Expectativa de vida	Aumento de 01 ano	(1)	32.406	27.500	1.177	(1)	39.293	34.723	527
	Redução de 01 ano	1	(33.319)	(27.763)	(1.172)	1	(40.077)	(34.651)	(525)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	2.963	-	-	-	1.234
	Redução de 0,5%	-	-	-	(2.646)	-	-	-	(1.120)
Crescimento Salarial	Aumento de 0,05%	-	332	-	-	-	628	-	-

Embora a análise considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

26.6 Fluxo de caixa

	2024				2023			
	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico
1 Fluxo de caixa no exercício								
Contribuições do empregador	5	46.450	34.801	734	6	51.025	26.416	-
Contribuição do participante	-	451	30.995	-	-	616	30.453	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	157.862	165.206	734	-	153.515	159.165	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte								
Contribuições do empregador	5	46.707	34.801	801	7	51.318	26.416	734
Contribuição do participante	-	751	34.633	-	-	966	33.739	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8	178.714	185.490	801	7	171.582	177.146	734

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 16.5 *Covenants* das debêntures.

27.2 Norma de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa – depósitos bancários	-	Custo amortizado	43.433	43.433	21.656	21.656
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	40.496	40.496	443.329	443.329
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	801.916	801.916	855.204	855.204
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.171.046	1.171.046	1.114.533	1.114.533
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo Amortizado	144.656	144.656	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	782.759	782.759	609.396	609.396
Total do ativo			2.984.306	2.984.306	3.044.118	3.044.118

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	545.894	545.894	590.507	590.507
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	40.916	40.916	32.853	32.853
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	2.054.562	2.062.190	1.687.823	1.706.153
Debêntures	2	Custo amortizado	3.647.100	3.587.450	2.739.552	2.939.040
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes	-	-	57.827	57.827
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	315.422	315.422	314.614	314.614
Passivo de arrendamento	-	Custo Amortizado	3.637	3.637	3.450	3.450
Total do passivo			6.607.531	6.555.509	5.426.626	5.644.444

- **Caixa - Depósitos bancários** – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** – são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** – são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela Resolução da ANEEL. Nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** – têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Debêntures** – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **Passivo de arrendamento** – composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que podem ser assim resumidos:

									Valor Justo	
									2024	2023
Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Total	Total
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	13/08/2021	13/08/2024	47.938	250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,19% a.a. / CDI + 1,45% a.a.	-	(36.091)
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	7.242	23.757
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	120.000	583.800	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	141.670	(36.426)
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	48.000	233.760	Bullet	Câmbio	Anual	US\$ + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	55.257	(9.067)
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(24.062)	-
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,24% a.a.	(35.451)	-
Total									144.656	(57.827)
									Ativo (passivo) circulante	1.114 (37.678)
									Ativo (passivo) não circulante	143.542 (20.149)
									Efeito líquido total	144.656 (57.827)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

					Valor contábil				
					2024			2024	2023
Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
Contrato de <i>hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.737.560	144.656	-	1.567.560	-	(57.827)	(89.138)	(14.105)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 83.929 (R\$ 464.985 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/ 2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024					
Classe consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	685.003	93.264	274.918	1.053.185	57%
Industrial	22.303	28.732	10.348	61.383	3%
Comercial	229.970	73.789	139.151	442.910	24%
Rural	48.809	18.831	31.810	99.450	5%
Poder público	13.978	14.620	72.412	101.010	5%
Iluminação pública	18.717	80	52.771	71.568	3%
Serviço público	4.045	7.360	116	11.521	2%
Concessionárias e permissionárias	-	3.895	-	3.895	1%
Total	1.022.825	240.571	581.526	1.844.922	100%

2023					
Classe consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	707.117	88.914	281.310	1.077.341	52%
Industrial	69.051	32.327	15.260	116.638	6%
Comercial	326.467	77.203	139.791	543.461	26%
Rural	48.745	14.373	32.610	95.728	5%
Poder público	27.789	14.599	67.297	109.685	5%
Iluminação pública	50.047	64	67.252	117.363	5%
Serviço público	10.230	10.632	69	20.931	1%
Concessionárias e permissionárias	-	1.661	-	1.661	0%
Total	1.239.446	239.773	603.589	2.082.808	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia registrou uma PECLD que representa sua melhor estimativa referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – PECLD e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	170.811	25,78%	44.035	321.923	2,42%	7.791
A vencer individualizada (a)	151.302	2,42%	3.662	-	-	-
Vencido 1 a 30	12.853	43,50%	5.591	92.044	7,59%	6.986
Vencido 31 a 60	8.826	52,45%	4.629	36.669	23,04%	8.449
Vencido 61 a 90	6.893	56,67%	3.906	21.688	41,59%	9.020
Vencido 91 a 120	6.010	60,03%	3.608	16.128	46,21%	7.453
Vencido 121 a 150	5.036	60,71%	3.057	14.711	48,71%	7.166
Vencido 151 a 180	5.175	61,78%	3.197	12.192	51,36%	6.262
Vencido 181 a 210	5.522	62,32%	3.441	15.092	51,36%	7.751
Vencido 211 a 240	4.975	62,47%	3.108	11.732	51,36%	6.026
Vencido 241 a 270	5.681	63,10%	3.585	14.023	51,36%	7.202
Vencido 271 a 300	5.532	63,98%	3.539	13.051	51,36%	6.703
Vencido 301 a 330	5.855	64,81%	3.795	12.532	51,36%	6.436
Vencido 331 a 360	5.317	65,14%	3.463	10.206	51,36%	5.242
Vencido 361 a 390	5.938	65,30%	3.878	11.313	51,36%	5.810
Vencido 391 a 420	4.488	65,85%	2.955	8.926	51,71%	4.616
Vencido 421 a 450	4.046	65,98%	2.670	8.973	52,56%	4.716
Vencido 451 a 630	25.524	65,98%	16.841	64.090	57,65%	36.948
Vencido 631 a 720	13.673	65,98%	9.021	34.683	74,79%	25.939
Vencido 721 a 810	13.436	92,36%	12.409	21.203	81,42%	17.263
Vencido 811 a 990	27.585	95,57%	26.363	49.974	83,43%	41.693
Vencido 991 a 1080	12.087	95,57%	11.552	29.384	89,42%	26.275
Vencido 1081 a 1170	10.996	95,57%	10.509	27.069	90,03%	24.370
Vencido 1171 a 1350	20.647	95,57%	19.732	48.452	90,03%	43.621
Vencido 1351 a 1530	15.368	95,57%	14.687	47.180	90,03%	42.476
Vencido 1531 a 1710	13.854	95,57%	13.240	36.933	90,03%	33.252
Vencido 1711 a 1890	14.096	95,57%	13.474	42.654	94,12%	40.146
Vencido Maior 1890	-	100,00%	-	-	100,00%	-
Total	581.526		249.947	1.022.825		439.612

(a) Análise individualizada aplicada a parcelamentos com garantia.

Aging parcelamento saldos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	95	90.409	12.812	2.109	105.425
Industrial	-	2.836	848	839	4.523
Comercial	10.023	31.181	5.924	14.669	61.797
Rural	2	6.415	3.229	16.959	26.605
Poder público	3.874	9.382	7.244	51.115	71.615
Iluminação pública	12.499	9.260	7.932	22.342	52.033
Serviço público	-	115	-	-	115
Total a vencer	26.493	149.598	37.989	108.033	322.113

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	36.791	37.776	31.802	26.218	15.919	148.506
Industrial	825	1.147	1.457	553	1.408	5.390
Comercial	9.715	13.434	18.811	19.424	10.217	71.601
Rural	1.076	1.305	905	816	406	4.508
Poder Público	342	6	50	1	1	400
Iluminação Pública	353	-	84	-	-	437
Total de parcelamentos	49.102	53.668	53.109	47.012	27.951	230.842

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PCLD
A Vencer	240.571	2,42%	5.831

PECLD outros

Faixa (em dias)	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	4.199	2,42%	102
Vencido 1 a 30	2.856	7,59%	217
Vencido 31 a 60	1.100	23,04%	253
Vencido 61 a 90	12	41,59%	5
Vencido 91 a 120	80	46,21%	37
Vencido 121 a 150	146	48,71%	71
Vencido 151 a 180	(45)	51,36%	-23
Vencido 181 a 210	77	51,36%	40
Vencido 211 a 240	191	51,36%	98
Vencido 241 a 270	288	51,36%	148
Vencido 271 a 300	170	51,36%	87
Vencido 301 a 330	205	51,36%	105
Vencido 331 a 360	256	51,36%	131
Vencido 361 a 390	300	51,36%	154
Vencido 391 a 420	265	51,71%	137
Vencido 421 a 450	349	52,56%	183
Vencido 451 a 630	2.192	57,65%	1.264
Vencido 631 a 720	2.458	74,79%	1.838
Vencido 721 a 810	1.079	81,42%	879
Vencido 811 a 990	1.589	83,43%	1.326
Vencido 991 a 1080	726	89,42%	649
Vencido 1081 a 1170	799	90,03%	719
Vencido 1171 a 1350	1.467	90,03%	1.321
Vencido 1351 a 1530	1.208	90,03%	1.088
Vencido 1531 a 1710	608	90,03%	547
Vencido 1711 a 1890	1.128	94,12%	1.062
Vencido Maior 1890	-	100,00%	-
Total	23.703		12.438

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 2,1 (2,2 em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.644.329	1.746.477	5.094	187.716	20.018	1.342.863	190.786
Títulos de dívida emitidos com garantia	410.233	543.491	-	51.883	47.406	444.202	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.054.562	2.289.968	5.094	239.599	67.424	1.787.065	190.786
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	3.647.100	5.677.307	82.610	596.416	622.986	2.811.513	1.563.782
Subtotal - Debêntures	3.647.100	5.677.307	82.610	596.416	622.986	2.811.513	1.563.782
Fornecedores	545.894	545.894	258.285	287.609	-	-	-
Fornecedores risco sacado	40.916	40.916	39.010	1.906	-	-	-
Passivo de Arrendamento	3.637	3.637	168	766	873	1.830	-
Subtotal - Fornecedores	590.447	590.447	297.463	290.281	873	1.830	-
Total	6.292.109	8.557.722	385.167	1.126.296	691.283	4.600.408	1.754.568

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 18,4% (24,3% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	US\$	(1.048.977)	(1.138.792)	(1.423.490)	(1.708.188)	(854.094)	(569.396)
Impacto no resultado do exercício				(284.698)	(569.396)	284.698	569.396
Swap - Ponta Ativa	US\$	1.056.646	1.147.118	1.433.898	1.720.678	860.339	573.559
Impacto em outros resultados abrangentes				2.082	4.163	(2.082)	(4.163)
Impacto no resultado do exercício				284.698	569.396	(284.698)	(569.396)
Impacto líquido no resultado do exercício total				-	-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	842.412	972.228	1.004.682	1.037.136	939.774	907.320
Impacto no resultado do exercício				32.454	64.908	(32.454)	(64.908)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.935.587)	(4.542.061)	(4.693.679)	(4.845.298)	(4.390.443)	(4.238.824)
	IPCA	(763.152)	(812.299)	(824.586)	(836.872)	(800.012)	(787.726)
Total de passivos financeiros		(4.698.739)	(5.354.360)	(5.518.265)	(5.682.170)	(5.190.455)	(5.026.550)
Impacto no resultado do exercício				(163.905)	(327.810)	163.905	327.810
Swap – Ponta Passiva	CDI	(832.052)	(960.271)	(992.326)	(1.024.381)	(928.216)	(896.161)
Impacto em outros resultados abrangentes				(1.066)	(2.131)	1.066	2.131
Impacto no resultado do exercício				(32.055)	(64.110)	32.055	64.110
Impacto líquido no resultado do exercício total				(163.506)	(327.012)	163.506	327.012
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3/Santander

(f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo (PLD) e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais, sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, a Companhia utiliza um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, possui procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de passivos e áreas contaminadas
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia faz gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalha com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

28 Demonstração dos fluxos de caixa

28.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível (a)	601.664
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro (a)	148.017
Adição de ativo contratual em contrapartida de fomecedor (a)	27.748
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas (a)	58.346
Total atividades de investimento	835.775
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (b)	12.524
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (c)	89.138
Total atividades de financiamento	101.662
Total	937.437

- (a) Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 – Intangível e 13 – Ativos de contrato;
- (b) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e
- (c) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (a)	Mudança no valor justo	Outros (b)	2024
Empréstimos e financiamentos	1.687.823	120.864	(164.979)	-	410.854	2.054.562
Debêntures	2.739.552	870.000	(289.099)	-	326.647	3.647.100
Instrumentos financeiros derivativos	57.827	-	(76.597)	89.138	(70.368)	-
Passivos de arrendamento	3.450	(1.283)	(782)	-	2.252	3.637
Total	4.488.652	989.581	(531.457)	89.138	669.385	5.705.299

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (a)	Mudança no valor justo	Outros (b)	2023
Empréstimos e financiamentos	1.503.360	291.029	(224.240)	-	117.674	1.687.823
Debêntures	1.845.803	880.000	(211.975)	-	225.724	2.739.552
Instrumentos financeiros derivativos	36.407	-	(94.339)	(14.108)	129.867	57.827
Passivos de arrendamento	13.679	(3.050)	-	-	(7.179)	3.450
Total	3.399.249	1.167.979	(530.554)	(14.108)	466.086	4.488.652

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2024 a 2035	2.021.685	2.201.108	2.295.337	24.907.752
Energia contratada (em MWh)	2024 a 2035	7.744.726	7.781.501	7.767.115	70.343.098

(*) estimado em 9 anos após 2025.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027(*)
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2024 a 2029	934	873	1.001	829

(*) estimado em 3 anos após 2026.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Thiago Wolf Pereira

Suplentes

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Dorgival Soares da Silva

Rafael de Souza Morsch

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS

Relatório da Administração 2024

A Administração da CEEE Grupo Equatorial, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Companhia, o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2024

- ▶ O **volume de energia** faturada no ano cresceu 3,1% em relação a 2023 atingindo 8.858 GWh;
 - ▶ O EBITDA societário encerrou o ano em R\$ 443 milhões, uma redução de R\$ 11 milhões, comparado a R\$ 454 milhões em 2023. Resultado fortemente impactado pelos eventos climáticos ocorridos no Estado;
 - ▶ Em 2024 a Companhia registrou R\$ 438 milhões de **Prejuízo**, comparado a R\$ 452 milhões de prejuízo no exercício anterior;
 - ▶ Os **investimentos** da CEEE-D somaram R\$ 919 milhões em 2024, aumento de R\$ 289 milhões em relação a 2023;
 - ▶ As perdas de energia dos 12 meses encerrados em dezembro de 2024 atingiram 12,3%, redução de 0,5 p.p. em relação aos 12,8% apresentados no final de 2023.
-

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi marcado pela maior tragédia climática já enfrentada pelos gaúchos. A CEEE Equatorial, responsável pela distribuição de energia a 1,9 milhão de clientes, demonstrou que sua conexão com o Rio Grande do Sul vai além da prestação do serviço de distribuição de energia. Essa ligação é feita de resiliência e do espírito forte do povo gaúcho.

Em uma operação que envolveu centenas de equipes trabalhando incansavelmente, conseguimos restabelecer a energia e, com ela, a esperança de milhares de famílias. Quase um ano após a enchente de maio, nossas ações continuam voltadas para a reconstrução do Estado, com iniciativas do projeto “Energia para Reconstruir”.

Além de investir mais de R\$ 2,5 bilhões desde nossa chegada, implantamos um plano contínuo de manutenção da rede elétrica, realizado diariamente. Junto à ANEEL, destinamos recursos regulados para ações emergenciais, atendendo às necessidades mais urgentes das populações afetadas. Foram mais de R\$ 10 milhões para distribuir 13,5 mil lâmpadas de LED, 2,7 mil refrigeradores e chuveiros a 2,7 mil famílias dos nove municípios mais atingidos pela calamidade.

Efetuamos mais de R\$ 1,1 milhão em doações destinadas a aquisição de mais de 4 mil colchões, 720 travesseiros, lençóis e 600 cobertores, ajudando diretamente as comunidades afetadas.

Reforçamos assim nosso compromisso com o Rio Grande do Sul em um momento de calamidade sem precedentes na história do Estado.

Em nossos indicadores operacionais, salientamos o resultado do combate às perdas, importante indicador para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e que, apesar das dificuldades operacionais impostas pela catástrofe, terminou o ano de 2024 com uma melhora 0,5 p.p em relação ao ano anterior, mostrando a sustentabilidade das nossas ações.

Do ponto de vista financeiro, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 443 milhões em EBITDA. Em 2025 buscaremos arduamente a melhoria dos indicadores da Companhia garantindo a continuidade dos investimentos no Rio Grande do Sul visando à qualidade dos serviços prestados aos gaúchos.

Riberto José Barbanera
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul



RIO GRANDE DO SUL (EQTL-CEEE)	
Capital	Porto Alegre
Área de Concessão (Km²)	87.101
Número de Municípios	72
População Estimada (2023)*	3,57 milhões
Cres. Estimado 2024 PIB RS*	1,60%
Cres. Estimado 2024 PIB CEEE*	-1,00%
Participação PIB RS (2021)	31,40%

* Dados fornecidos pela Consultoria Tendências em out/24

Em 2024, o consumo de energia na região Sul cresceu 5,4%, enquanto o cenário nacional apresentou um crescimento de 5,3%. Já a área de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D apresentou um crescimento de 3,1% no consumo de energia.

A CEEE Equatorial possui em sua área de concessão a Capital do estado, a qual possui 36,4% do número total de clientes da Companhia e que representou 42% do consumo realizado. Também possui o município de Rio Grande, que tem o maior porto do Estado, além de uma concentração de indústrias de grande porte próximas a ele.

As atividades industriais mais representativas quanto ao consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos minerais, fabricação de veículos e fabricação de bebidas. O agronegócio também possui relevância na área de concessão e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado, sendo caracterizado pelo cultivo de arroz, soja e pela pecuária.

Número de consumidores

Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 1,78% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	1.680.112	1.647.261	1.590.312	1.520.291	1.500.064	1.480.415
Industrial	3.557	3.496	3.772	9.268	9.641	12.381
Comercial	171.162	170.341	167.769	159.169	157.901	155.613
Outros	102.688	102.124	103.446	102.808	101.685	100.869
Total	1.957.519	1.923.222	1.865.299	1.791.536	1.769.291	1.749.278
Variação	1,78%	3,11%	4,12%	1,26%	1,14%	1,45%

Mercado atendido

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 8.858 GWh (8.595 GWh em 2023).

O volume de energia consumida cresceu 3,1% em relação ao ano de 2023, sendo impulsionado principalmente pelo crescimento das classes residencial e comercial, que juntas representam 57% do total distribuído de energia. A classe rural também contribuiu para esse crescimento, representando 6,3% do volume total distribuído de energia.

O crescimento do consumo da classe residencial foi de 6,3%, favorecido pela melhora da massa de renda das famílias no ano de 2024, beneficiada pelo aumento real do salário mínimo e pelo ritmo aquecido do mercado de trabalho. A classe comercial apresentou um crescimento de consumo de 3,0%, também favorecida por este cenário de aumento da massa de salários e maior robustez do mercado de trabalho, associado a um forte impulso da reconstrução pós enchentes de maio de 24. No segundo semestre de 2023, o excesso de chuvas atrasou o plantio, principalmente da cultura do arroz. Esse cenário não se repetiu no segundo semestre de 2024, favorecendo o crescimento de 3,7% no consumo da classe rural.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	3.596.840	3.408.143	3.134.694	3.052.233	3.148.447	3.026.220	3.003.534
Industrial	1.294.587	1.341.030	1.349.445	1.343.743	1.288.525	1.331.184	1.406.744
Comercial	2.288.763	2.234.153	2.145.889	2.029.662	2.010.969	2.275.506	2.289.891
Outros	1.256.480	1.262.991	1.347.826	1.298.209	1.300.731	1.340.870	1.443.495
Energia de Conexão	67.870	61.010	57.305	55.344	50.909	35.403	30.684
SCEE	353.898	287.776	156.239	80.208			
Total	8.858.438	8.595.103	8.191.398	7.859.399	7.799.581	8.009.183	8.174.348
Variação	3,06%	4,93%	4,22%	0,77%	-2,62%	-2,02%	-0,34%

As perdas totais da energia findaram o ano de 2024 no patamar de 12,28%.

Balanço energético

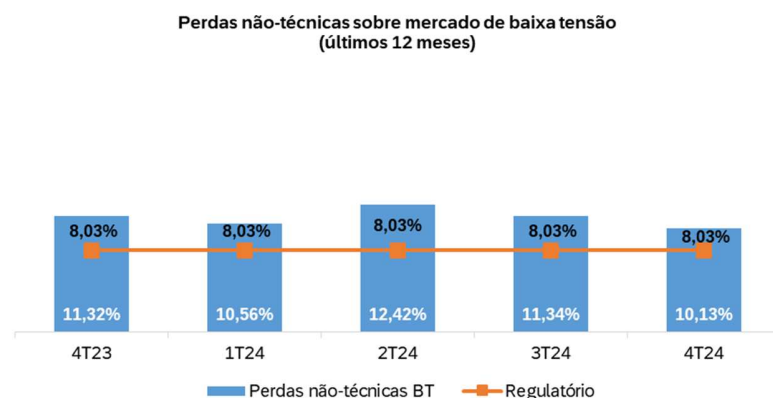
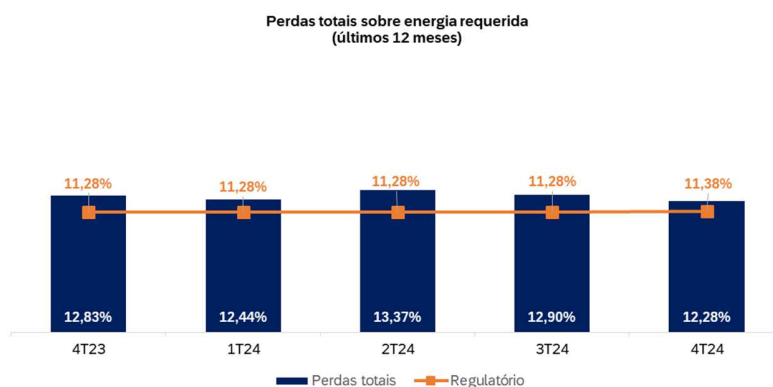
4.3 Balanço energético (MWh)	4T23	4T24	Var.	2023	2024	Var.
Rio Grande do Sul						
Sistema interligado	2.331.645	2.384.048	2,2%	9.497.117	9.704.483	2,2%
Energia injetada pela Geração Distribuída	99.157	133.889	35,0%	363.433	394.178	8,5%
Energia injetada	2.430.802	2.517.937	3,6%	9.860.550	10.098.661	2,4%
Energia distribuída	2.018.440	2.150.773	6,6%	8.534.093	8.790.568	3,0%
Energia de conexão com outras distribuidoras	12.398	18.441	48,7%	61.010	67.870	11,2%
Perdas totais	399.964	348.722	-12,8%	1.265.447	1.240.223	-2,0%
Perdas sem Geração Distribuída	375.048	307.807	-17,9%	1.189.789	1.199.943	0,9%

Gestão dos Negócios

Combate às perdas

Mesmo com um ano de 2024 bastante complexo, assolado por diversos eventos climáticos relevantes, além da enchente que atingiu boa parte das regiões metropolitana, Centro Sul e Sul, a CEEE Equatorial apresentou consolidação na trajetória de redução do índice de perdas, movimento que já vem sendo observado desde 2022, primeiro ano integral de atuação da Equatorial na gestão da Concessão. Em 2024 o índice apresentou retração de 0,55 p.p, fechando o ano com 12,28%.

O uso de tecnologias mais avançadas no aprimoramento do mapeamento do mercado torna possível identificar com maior precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda, tornando mais assertivo o direcionamento de recursos. A distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.



Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2024:

- Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 4,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;

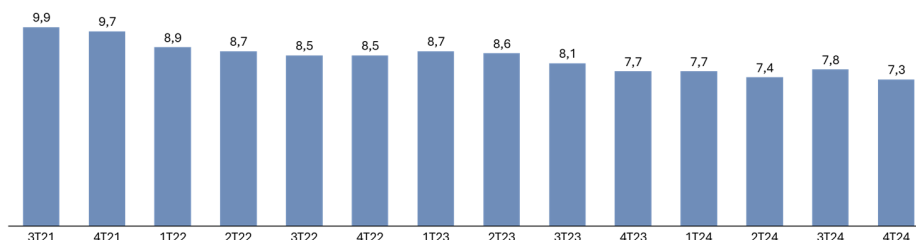
- Expansão/Retrofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 14,9 mil clientes de baixa tensão;
- Inspeção de 113,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 1,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 8,7 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 18,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 1,0 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente;
- Substituição de 52 mil medidores danificados pelas enchentes de maio/24, evitando impactos no faturamento da energia consumida.

Hoje a Companhia possui 4,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 10,02% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

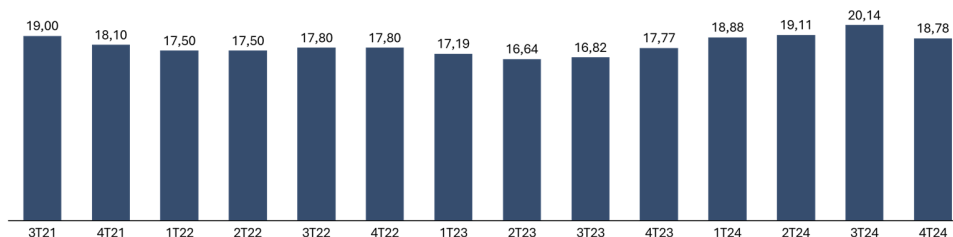
DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 5,6% e o FEC uma redução de 5,2%, ambos em relação ao exercício anterior.

FEC
(vezes / consumidor / ano) – 12 meses



DEC
(horas / consumidor / ano) – 12 meses



Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.413/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2024 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025, resultando no reajuste médio de 4,67% (quatro virgula sessenta e sete por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D.

Relatório de Ações Sociais - ESG

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no

engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Lançamento Instituto Equatorial

O ano de 2024 marcou a chegada do Instituto Equatorial. Agora, para além de financiamentos por meio das leis de incentivo, o Grupo conta com estrutura própria e dedicada para coordenar seu investimento social com objetivo de fomentar iniciativas que contribuam para a educação, cultural, esporte, desenvolvimento local, geração de renda, capacitação e empregabilidade.

Com atividade nos estados onde o Grupo possui operação, o Instituto Equatorial atua em três eixos fundamentais, denominados: Mobiliza (Capacitação, Empregabilidade e Transformação); Tecendo Futuros (Educação Transformadora); Impulsiona (Empreendedorismo, Biodiversidade e Sustentabilidade).

Os projetos “Recode IA” e “Portas Abertas”, focado na (re)potencialização de empreendedoras que tiveram seu negócio impactado durante a enchente nos municípios de Porto Alegre, Guaíba e Eldorado do Sul, foram lançados no segundo semestre, além do “Edital Diálogos” que selecionou 20 projetos sociais, só no Rio Grande do Sul, para receberem investimentos.

Plataforma E+

A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Comunidade

O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de diversos projetos sociais. Em 2024, a CEEE Equatorial Energia aumentou o número de famílias beneficiadas, chegando a um total de 17.040 famílias em 72 municípios percorridos.

E+ Geladeira Nova

O projeto, que substitui refrigeradores antigos e menos eficientes por modelos novos, beneficiou 4.340 clientes em 2024, abrangendo 72 cidades da área de concessão.

A iniciativa teve atuação significativa nas cidades mais afetadas pelas enchentes de maio, proporcionando mais eficiência energética e melhorias para as famílias atendidas.

E+ Economia

O programa orienta os consumidores sobre o uso sustentável da energia elétrica, possibilitando a substituição de lâmpadas xincandescentes por outras de LED novas e mais econômicas. Em 2024 mais de 22 mil lâmpadas foram trocadas nos 84 eventos realizados, em 72 municípios da concessão.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 61 palestras, em 9 municípios, sensibilizando 4.956 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

E+ Cultura e E+ Esporte

Apoiamos iniciativas que valorizam aspectos da cultura local e fortaleçam a prática esportiva nos territórios em que atuamos e no ano de 2014 foram 12 projetos patrocinados via leis de incentivo. A “Taça das Favelas”, maior campeonato de futebol entre favelas, percorreu 20 municípios da concessão e mobilizou mais de 10 mil jovens. Atrelados ao ODS 4, Educação de Qualidade, patrocinamos a “18ª Feira Literária de Viamão” e a “70ª Feira do Livro de Porto Alegre”, maior evento literário a céu aberto do país. Além dos eventos tradicionalistas, “Semana Farroupilha de Piratini” e “Festejos Farroupilhas de Porto Alegre”, evento que recebeu mais de 2 milhões de visitantes em seus 20 dias de duração.

E+ Energia Voluntária

Promovemos o desenvolvimento do entorno, valorizando e cuidando das comunidades locais através das ações voluntárias da empresa. No ano de 2024 foram 04 grandes ações:

* Campanha de *Matchfunding* “Juntos pelo RS” que arrecadou R\$ 1 milhão de reais (sendo R\$ 500 mil em doações e R\$ 500 mil aportados pelo Grupo Equatorial), repassado à Central Única das Favelas RS (CUFA) que administrou o recurso com a sensibilidade necessária, sendo empregado em reforma de espaços públicos de uso da comunidade, pintura de casas e intervenções de grafite em locais atingidos pela enchente, projetos de geração de renda para grupos de mulheres e apoio a empreendedores locais, cozinhas comunitárias e doações de cestas básica;

* “Corrida Equatorial”, que arrecadou mais de 250kg de alimentos não perecíveis destinados a instituições sociais em Porto Alegre e Pelotas;

* “Ação de Natal” junto às áreas de Eficiência Energética e Relacionamento com o Cliente que entregou brinquedos e cesta básicas para as crianças e famílias de uma comunidade no Bairro São João, em Porto Alegre, fortemente atingida pela enchente de maio;

* “Ação de pintura – Colorindo muros”, coordenada pela CUFA, uma das ações realizadas com o recurso arrecadado na campanha de *matchfunding*, realizou a pintura de 80 casas na Vila Farrapos, em Porto Alegre.

Além disso, durante a grande enchente que impactou o estado no mês de maio, foram coletadas doações em todos os estados de atuação do Grupo Equatorial, e destinadas à Defesa Civil e à CUFA para entrega aos impactados, como também a doação de colchões, cobertas e travesseiros realizada pela empresa.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 4,421 bilhões, 6,2% superior ao ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 3.837 bilhões, decréscimo de 2% na comparação com 2023.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA foi positivo em R\$ 443 milhões, comparado a R\$ 454 milhões em 2023, decréscimo de 3%.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 772 milhões, contra R\$ 757 milhões negativos reportados em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na CEEE-D, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação de prejuízos acumulados. No entanto, ressaltamos que no exercício de 2024, assim como no exercício de 2023, a Companhia apurou prejuízo fiscal.

Em 2024 a Companhia reconheceu um crédito no valor de R\$ 48,9 milhões de prejuízo fiscal e base negativa utilizados no abatimento de 50% do parcelamento tributário originado na adesão a autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740.

Prejuízo do exercício

Em 2024, a CEEE-D apurou prejuízo de R\$ 439 milhões, versus um prejuízo de R\$ 452 milhões em 2023.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$5.701 milhões.

Investimentos

ADIÇÃO POR TIPO DE INVESTIMENTO	2023	2024	VAR. %
Manutenção da Rede	106	379	259%
Expansão e Melhoria da Rede	462	329	-29%
Equipamentos e Sistemas	47	75	58%
Outros Investimentos	16	136	752%
TOTAL	631	919	46%
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	0	0	0%
TOTAL	631	919	46%

Investimentos

Em 2024, os investimentos da CEEE somaram R\$ 919 milhões, representando um aumento de 46% em relação ao ano anterior. Os projetos de Manutenção da Rede e Outros Investimentos, que compreendem os ativos não elétricos, foram os mais destacados. Nos investimentos elétricos, os principais focos foram: Troca de Rede para mudança de padrão, Substituição de Equipamentos, investimentos direcionados a melhorias de nível de tensão. No combate às perdas, foram aplicados cerca de R\$ 150 milhões. Considerando o crescimento contínuo da demanda por energia elétrica e a necessidade de modernização da rede de distribuição, obras como a Subestação Cerro Grande do Sul, além de outras ampliações e melhorias em subestações, totalizaram aproximadamente R\$ 53 milhões em 2024. Já na categoria de Outros Investimentos, foram investidos R\$ 33 milhões no projeto de melhoria e padronização do sistema comercial, que passará a ser o mesmo do Grupo Equatorial, e R\$ 15 milhões em benfeitorias em sedes e escritórios que carregam os esforços de reconstrução após a catástrofe climática.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente, André Luiz Barata Pessoa, José Silva Sobral Neto, Marcos Antônio Souza de Almeida Cristiano de Lima Logrado, Tatiana Queiroga Vasques, Nierbeth Costa Brito, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva

Riberto José Barbarena

Diretor Presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretor

André Luiz Barata Pessoa

Diretor

José Silva Sobral Neto

Diretor

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora

Cristiano de Lima Logrado

Diretor

Agnelo Coelho Neto

Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira

Diretor

Nierbeth Costa Brito

Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE- D (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, de 26 de março de 2024, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

Porto Alegre, 26 de março de 2025.

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Thiago Wolf Pereira